



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Processo SEI nº 0052035-48.2020.6.05.8000

Objeto – Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços de reforma do Edifício Anexo III

MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO

1. Ultrapassada a fase de habilitação e devidamente intimados da decisão do Diretor-Geral em face dos recursos interpostos (docs. nº 0770960 e 0770963), as licitantes foram convocadas para a abertura dos envelopes contendo as propostas das concorrentes habilitadas, prevista para ocorrer no dia 20.07.2020, às 14h00 (hora local), na sede deste Tribunal.
2. Aberta a sessão às 14h20 do referido dia, verificou-se a presença de representantes de 3 (três) empresas, credenciados na sessão inaugural, que subscreveram a lista de presença e a ata da reunião (docs. nº 1186206 e 1186223, respectivamente).
3. Ato contínuo, foram abertos os envelopes das empresas habilitadas e as propostas ordenadas de acordo com o valor total oferecido, a saber:

Classificação	Nome	Preço Global	Percentual (*)
1º	HAYEK CONSTRUTORA LTDA	7.441.090,73	84,82%
2º	PLANA EDIFICAÇÕES LTDA	8.141.707,40	92,81%
3º	NORDESTE ENGENHARIA LTDA	8.158.678,67	93,00%
4º	ENGENTRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES	8.187.001,69	93,32%
5º	PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	8.232.142,77	93,84%
6º	PLANES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	8.319.639,85	94,84%
7º	RCI CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA	8.691.256,41	99,07%
	Preço Global Máximo Estimado (TRE)	8.772.713,72	

(*) Representação de porcentagem aproximada em relação ao preço global máximo estimado para contratação

4. As propostas abertas foram submetidas ao crivo dos representantes presentes que as rubricaram e, após, a Comissão procedeu à análise da proposta classificada em 1º lugar e entendeu por bem em aceitá-la, sagrando a empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA vencedora do certame em tela.
5. Insta salientar que a empresa vencedora, na sessão de abertura da licitação, apresentou declaração de que possui porte de ME/EPP, no momento do credenciamento, **não** sendo pois a hipótese de cogitar a aplicação de que trata a regra contida no 6.3 do edital, onde se lê:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

Ordenadas as propostas, por ordem de classificação, e verificada a existência de ME/EPP com proposta igual ou até 10% (dez por cento) superior à de menor preço, e desde que esta não seja ME/EPP, a CPLIC a convocará para que, no prazo de 30 (trinta) minutos, apresente nova oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

6. Cientes em sessão do julgamento proferido pela Comissão, os representantes presentes informaram não ter nenhum registro a consignar em ata.
7. Os envelopes com as propostas das licitantes inabilitadas foram conservados lacrados para posterior devolução aos remetentes.
8. No mesmo dia 20.07.2020, foram publicados no Portal da Transparência a proposta vencedora, a ata da sessão e o edital de intimação do julgamento das propostas, tendo sido ainda enviado *e-mail* circular às licitantes, com a abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recorrer (docs. nº 1186226 e 1186229).
9. A empresa PLANA EDIFICAÇÕES LTDA, detentora da 2º (segunda) melhor oferta, interpôs tempestivo recurso administrativo em face do julgamento das propostas, com as seguintes razões (doc. nº 1193105), em resumo:

(...)

Data Vênia o entendimento da Comissão de Licitação, a Empresa vencedora do certame não deveria ter sido classificada, pois, esta deixou de cotar os encargos sociais referentes à mão-de-obra das seguintes categorias: engenheiro, técnico de segurança, encarregado geral, encarregado de hidráulica e o almoxarife.

Logo, conforme será delineado com maior vagar a seguir, é necessário que a Administração Pública intime a Empresa para que ela faça o cálculo devido referente aos encargos sociais das categorias acima mencionadas.

(...)

No caso, para o cálculo dos custos da mão de obra é necessário estipular os valores referentes aos encargos sociais (contribuição previdenciária, INSS, FGTS/normal e FGTS/rescisão) e trabalhistas (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado), além de outras contribuições.

Na composição de preços apresentada pela licitante vencedora, esta identificou a memória de cálculos referente aos encargos sociais na página 24 de sua proposta, tendo esmiuçado os valores nas páginas que seguem.

No entanto, ao cotar o preço de alguns dos serviços (engenheiros, técnico de segurança, encarregado geral, encarregado de hidráulica e o almoxarife), não estipulou o valor do piso devido às categorias, o que influencia diretamente no cálculo referente aos encargos sociais, como também ao BDI.

Desta forma, segue quadro comparativo com o valor do orçamento base do Órgão Público e com o valor proposto pela Construtora:

A) CATEGORIA – Engenheiro Civil
Valor Estipulado na proposta: R\$ 12.288,00
Valor previsto no orçamento unitário: R\$ 19.251,52



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

B) CATEGORIA – Técnico de Segurança do Trabalho

Valor estipulado na proposta: R\$ 4.300,00

Valor previsto no orçamento: R\$ 7.283,94

C) CATEGORIA – Encarregado Geral de Obras

Valor estipulado na proposta: R\$ 3.932,18

Valor previsto no orçamento: R\$ 6.004,62

D) CATEGORIA – Encarregado de Hidráulica

Valor estipulado na proposta: R\$ 3.932,18

Valor previsto no orçamento: R\$ 6.004,62

E) CATEGORIA – Almoxarife

Valor estipulado na proposta: R\$ 2.826,24

Valor previsto no orçamento: R\$ 4.959,83

Os valores cotados pela Construtora quando comparados aos do órgão público são muito discrepantes, fazendo-se mister ressaltar que não atentam para a base SINAPI, nem para as convenções coletivas das categoriais.

Nesse ponto, é de se levar em conta que apesar da função principal da licitação ser buscar a proposta mais vantajosa, ela deve tomar as precauções mínimas para que os órgãos públicos não contratem Empresas que não conseguirão efetivamente prestar aquele serviço, ou seja, que cotem valor inexecutável.

(...)

Desta forma, deve ser intimada a Empresa Vencedora do certame para se pronunciar acerca de qual referência que foi utilizada por ela como parâmetro na cotação dos valores das categorias supramencionadas e para que retifique esses valores, adequando-os, ao menos, ao piso da categoria.

IV - DOS PEDIDOS DEFINITIVOS

Destarte, em razão dos fatos e fundamentos expostos, REQUER-SE que o presente Recurso seja CONHECIDO e PROVIDO, para MODIFICAR decisão da Comissão de Licitação, que classificou a Empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA para que ela comprove a justeza do seu preço, uma vez que os valores por ela apresentados são inexecutáveis.

Requer ainda a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, nos termos do §2º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Por fim, caso a decisão combatida não seja RECONSIDERADA por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

10. Consoante docs. nº 1196685 e 1196688, a Recorrida e os demais licitantes foram intimados da apresentação do recurso pela empresa Recorrente.

11. Em defesa, no prazo estipulado, a empresa Recorrida arguiu o seguinte (doc. nº 1197880), em síntese:

É de conhecimento geral a expertise da empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA. no âmbito das atividades de engenharia ligadas a instrumentos licitatórios de grande porte, sempre em perfeita consonância com os regramentos impostos nos respectivos editais, jamais tendo qualquer dos seus contratos questionados por inadimplemento ou má prestação dos serviços contratados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

(...)

A recorrente centra seu recurso unicamente na ficta “inexequibilidade” da proposta apresentada pela ora recorrida. Nobre presidente é de lamentar-se que o processo licitatório seja suspenso com base em tal frágil argumentação.

Impende desde já destacar que as “razões” contidas no referido recurso, são em verdade elucubrações de um concorrente que não conseguiu atuar no mercado de forma competitiva e que desta forma tenta afrontar a base de sustentação do mecanismo da concorrência, qual seja, a busca do menor preço.

Ora, como dito no breve histórico da empresa ora recorrida, esta atua no mercado desde o ano de 2008, atuando junto à administração pública em contratos vigentes, sem nenhuma anotação que desabonasse sua conduta proba.

Logo eminente presidente, há de se afastar o caráter pueril que a recorrente e segundas colocada tenta inculir à empresa vencedora. Esta possui sim expertise. Contrário ao que infere a segunda colocada, ora recorrente, JAMAIS a recorrida teria por interesse apresentar proposta inexequível, sob pena, inclusive, de eliminar a sua participação em futuros processos licitatórios, caminho que cada vez mais a empresa primeira colocada se impõe no mercado.

A proposta vencedora, apresentada pela ora recorrida, foi no total de R\$ 7.441.090,73 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e noventa reais e setenta e três centavos), enquanto a segunda colocada, ora recorrente apresentou a proposta de R\$ 8.141.707,41 (oito milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e sete reais e quarenta e um centavos).

Estamos pois defronte a uma diferença de R\$ 700.616,68 (setecentos mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos)!!!!

Esse é o valor que a recorrente pretende sobrepor como proposta vencedora no certame, este baseado na modalidade MENOR PREÇO!

Repise-se, **PRETENDE A SEGUNDA COLOCADA VENCER UM CERTAME LICITATÓRIO, NA MODALIDADE MENOR PREÇO COM UMA PROPOSTA CERCA DE 10% SUPERIOR À QUE EM PRIMEIRO LUGAR SE COLOCOU.**

(...)

O recurso ora combatido possui claro e evidente caráter procrastinatório, pois a aplicação de matemática simples, que imagina-se tenha sido realizada pela recorrente, afastaria per si a alegação de inexequibilidade bem como **DENOTA COM CLAREZA SOLAR QUE AINDA ASSIM A PROPOSTA VENCEDORA APRESENTA EXPOENTE MARGEM DE VANTAJOSIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO.**

A título exemplificativo vem esta recorrida, ainda que não instada a tal pela administração, aplicando os índices entendidos por desconformes pela recorrente, demonstrar que a proposta vencedora **CONTINUA EM VANTAGEM FRENTE À SEGUNDA CLASSIFICADA.** (...)

Assim, ainda que fossem acrescidos os parâmetros “DESEJADOS” pela recorrente – parâmetros estes a que ela não possui qualquer ingerência -, teríamos uma “proposta final” vencedora de R\$ 7.557.015,48, enquanto que a proposta da segunda colocada e recorrente foi de R\$ 8.141.707,40.

(...)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

Desta forma, colenda Comissão, é que a recorrida, vencedora do processo licitatório, apresenta suas contrarrazões e pugna pelo indeferimento do recurso apresentado pela segunda colocada, mantendo-se o resultado publicado que declarou a HAYEK CONSTRUTORA LTDA habilitada em primeiro lugar.

12. Os esclarecimentos prestados pela Recorrida, em defesa, são fortes o suficiente para demonstrar que a sua proposta atende plenamente às exigências editalícias e encontra-se satisfatoriamente adequada à contratação pretendida por este Tribunal.

13. A fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame da proposta classificada em 1º lugar, a Recorrida encaminhou, por e-mail (doc. nº 1199438), após pedido verbal, o referido documento, em arquivo editável (doc. nº 1199441).

14. Conforme tabela inaugural, o preço global estimado pela Recorrida **não** se mostra inexequível, uma vez que o mesmo representa o percentual aproximado de 84,82 % do valor máximo orçado para contratação, reputando a Comissão desnecessária a realização de diligências destinadas a eventuais esclarecimentos quanto à exequibilidade da oferta.

15. Causa espanto que a Recorrente questione a inexecuibilidade das rubricas em debate, uma vez que, ela própria, na condição de detentora da 2ª (segunda) melhor oferta, propôs, para a verba de maior valor, o salário de R\$ 13.606,42 para a Categoria Profissional de Engenheiro Civil, muito próximo do valor de R\$ 12.288,00 assinalado pela Recorrida. Para a referida categoria, este Tribunal fixou em R\$ 19.251,52, o valor máximo estimado.

16. Também quanto às demais categorias mencionadas, não se percebe forte discrepância com os valores propostos pelas outras licitantes, principalmente quando comparados com os limites máximos, reitere-se, estipulados pela Administração.

17. O quadro resumo comparativo abaixo pode ilustrar perfeitamente a ausência de razões da Recorrente, conforme se nota:

Proposta	Categoria	Percentual	Categoria	Percentual	Categoria	Percentual	Categoria	Percentual	Categoria	Percentual
	Engenheiro Civil		Téc. de Seg. Trabalho		Enc. Geral de Obras		Enc. de Hidráulica		Almoxarife	
1º lugar	12.288,00	63,83%	4.300,80	59,04%	3.932,16	65,49%	3.932,16	65,49%	2.826,24	56,98%
2º lugar	13.606,42	70,68%	7.283,94	100,00%	6.004,62	100,00%	6.004,62	100,00%	4.959,83	100,00%
3º lugar	19.251,52	100,00%	7.283,94	100,00%	6.004,62	100,00%	6.004,62	100,00%	4.959,83	100,00%
4º lugar	18.872,45	98,03%	6.971,35	95,71%	5.606,73	93,37%	5.606,73	93,37%	4.700,77	94,78%
5º lugar	19.251,52	100,00%	6.346,54	87,13%	5.250,74	87,45%	5.250,74	87,45%	4.327,76	87,26%
6º lugar	15.314,58	79,55%	7.283,94	100,00%	4.701,62	78,30%	4.716,05	78,54%	4.959,83	100,00%
7º lugar	19.247,16	99,98%	7.281,84	99,97%	5.998,29	99,89%	5.998,29	99,89%	4.953,15	99,87%
Estimado	19.251,52		7.283,94		6.004,62		6.004,62		4.959,83	

18. Não é demais lembrar que a Tabela do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), utilizada como referência para a remuneração da maioria das referidas categorias profissionais, contempla valores estimativos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

19. Para a categoria profissional de Encarregado de Hidráulica foi utilizado por este Tribunal banco de dados próprio para estimar o valor máximo, conforme Planilha Orçamentária Sintética (Edital, Anexo A, Orçamento Estimativo).

20. De acordo com informações constantes no *site* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o SINAPI tem por objetivo:

(...) a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional, e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal - Caixa, realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CAIXA, a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

21. A proposta da Recorrida também atende à Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA) e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia (SINTRACOM-BA), com vigência no período de 01.01.2019 a 31.12.2020, que estabelece pisos normativos a serem praticados, com os seguintes salários mensais (retroativos a 01.03.2019):

- Operário Qualificado: R\$ 1.734,21
- Servente Prático: R\$ 1.079,55
- Servente Comum: R\$ 1.024,14
- Vigia: R\$ 1.079,55
- Rejuntador de Azulejos: 1.079,55
- Encarregados: R\$ 2.668,74
- Apropriador: R\$ 1.711,86
- Cabo de Turma: 2.372,20
- Cabo de Turma de Serventes: R\$ 1.400,91

22. Outrossim importa atentar para a regra estabelecida no ato convocatório que, mais uma vez, reforça o julgamento da Comissão, senão vejamos:

4.3.2.1. Na formação do preço que constará das propostas das licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência acima indicados, desde que os preços unitários e global fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da Administração, conforme Orçamento Estimado constante do Anexo A do Projeto Básico (Anexo III deste Edital).

23. Ainda o Edital, ao tratar do tema relativo à inexecuibilidade do menor preço global oferecido, estabelece parâmetros que, claramente, afastam eventual dúvida quanto à proposta da Recorrida:

6.7. Haverá indício de inexecuibilidade se o preço constante da proposta for inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPLIC)

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- b) valor orçado pela Administração.

24. Por todo o exposto, a Comissão é de opinião que **não merecem acolhimento** os motivos aduzidos pela Recorrente e defende a manutenção da sua decisão que consagrou vencedora do certame a empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA, ora Recorrida, por ter oferecido o menor preço global, conforme explicitado.

À Diretoria-Geral para apreciação superior, por intermédio da ASSESD.

CPLIC, em 05 de agosto de 2020.

Arthur Ribeiro Rocha
Presidente da Comissão

Cristiana Maria Paz Lima Soares
Membro da Comissão

Cristiane Lima Silveira
Membro da Comissão